

Depois do impasse

Noenio Spinola

Como funcionará o Brasil real depois ou durante os impasses da Constituinte? Quer as brasileiras e os brasileiros queiram, quer não, dois filmes vão coexistir durante algum tempo até que se assente a poeira política em Brasília e algum horizonte apareça além da neblina. O que se segue é uma tentativa de projetar o movimento do país real, enquanto as instituições vacilam sem forma nem cor definitivas.

Inflação: poucos são os grandes empresários que acreditam em uma baixa na taxa da inflação tanto por motivos técnicos quanto por motivos políticos. Este foi um ano em que o grande varejo antecipou suas liquidações para fevereiro, e os preços de reposição de estoques com a mercadoria chegando das fábricas estão agora mais altos do que os preços de produtos ainda girando nas prateleiras. "Tenho televisores de 37 mil em liquidação contra preço de reposição de fábrica de 45 mil a 60 dias" — diz um dirigente de uma grande cadeia de lojas. A tendência do varejo, portanto, poderá empurrar os preços para cima no chamado ramo "duro", só contido pelas taxas de juros altíssimas dos crediários. Em compensação, a agricultura pode contribuir com uma boa performance. Isso não é, contudo, garantido. Um dos bancos mais ativos na agricultura, o Bamerindus, estimou originalmente para este ano uma safra 3% menor que a de 1987. O banco ainda reluta em rever suas projeções. Outro item importante para o controle dos preços — os serviços públicos — pode (teoricamente) funcionar mais moderadamente este ano, passada a descompressão de tarifas do Cruzeiro. Contra essa hipótese pesam as folhas de salário e a Constituinte que consagrou o funcionalismo como nova classe.

Salários: mexer ou não mexer na URP será a questão para os próximos meses. Dificilmente haverá força política, com ou sem parlamentarismo, com ou sem presidencialismo, para congelar salários com uma inflação em alta. Os assalariados se preveniram como puderam entre o fim do ano passado e o início deste ano, aumentando os depósitos na poupança. Mas a garantia contra o desemprego não autoriza acreditar que os sindicatos vão parar de reivindicar depois de "superterça". Presidencialismo com cinco anos significa pressão para reduzir o mandato do

presidente para quatro, orquestrada pelo PT e o PDT, com maior massa de manobra para greves se o governo tentar frear a recomposição em marcha dos salários reais.

Emprego: para surpresa de alguns observadores o nível quanto de emprego industrial em São Paulo não se deteriorou tanto quanto sugeriu o desaquecimento do fim do ano passado. Exportações e férias coletivas provavelmente explicam esse fenômeno. Além disso, taxas de juros altas, que reduzem o volume de vendas de determinados bens de consumo, afetam mais a Zona Franca de Manaus e o Sul que São Paulo, em particular. Esse estado, graças à ação da prefeitura e do governo, virou também um canteiro de obras, o que vem ajudando a absorver os assalariados mais baixos, mantendo o nível de vendas. Basta passar pelo Anhangabau para saber do que se trata, ou para sentir a diferença entre São Paulo e Rio, a título de exemplo. A pressão de gastos dos estados continuará sobre o Governo Federal com ou sem parlamentarismo, com ou sem presidencialismo. O que leva a outro problema.

Déficit público: com ou sem novo sistema de governo o déficit público continuará com seu papel hiperítico para a economia. O Banco Central tenta esta semana alongar o perfil da dívida pública interna, lançando títulos de prazos mais longos. Trocando em miúdos, é uma tentativa de tirar a poupança do *overnight* levando para 60 ou 90 dias. A dificuldade dos brasileiros e brasileiras para distinguirem o que seja *overnight*, ou simplesmente *over*, das suas causas reais, fará com que o governo, presidencialista ou parlamentarista, continue sob pressão para "atacar os agiotas". No fundo, está em jogo uma questão ideológica e uma pitada de populismo. É fácil e rende dividendo atacar o sistema financeiro. Alguns banqueiros corporativistas e seus portavozes continuarão se fazendo de mortos como estratégia de sobrevivência, mas o ambiente continuará ativo e criativo. Alguns pais do Cruzeiro já voltaram ao cenário tentando torpedear o lançamento de obrigações do Tesouro a prazos mais longos. É preciso ver quem terá mais força nessa luta, que também envolve os interessados na conversão de dívida em capital, pelo estreito relacionamento black-taxa de juros. De um modo geral, as correntes estatizantes tentarão desmoralizar a con-

versão, e oportunistas de todos os naipes ficarão sobre o muro na esperança de um brizolismo social-democrata: a luta movida a combatível ideológico da lugar à simples luta pelo poder, o que pode levar muita gente a se surpreender com o voto jovem. A desmoralização da conversão interessa à burocacia, até agora senhora absoluta do controle do fluxo de capitais, que começa a correr — pasmem — para as melhores oportunidades de investimento. A feérica bagunça nacional parece insistir em provar que o brasileiro tem mais vocação para a riqueza que para a miséria, e muito mais apetite para investir lucrativamente que para se escorar na aposentadoria precoce, simbolizada por Brasília.

Caráter nacional: Carlos Rocca, dirigente do Mappin, um dos mais tranqüilos analistas da cena brasileira — até porque consegue que seu grupo cresça em meio à crise — sai-se com o que ele considera como o óbvio impraticável: "Estamos batendo com a cabeça na parede sem que a classe política faça opções. "Rocca acha que não conseguimos ainda definir "que país é este", pois o impasse mantém o caráter da economia nacional em um vácuo. Capitalismo? Socialismo? Abre ou fecha para o exterior? Adota ou não adota um plano de austeridade para conter a inflação? Quer ou não o capital de risco externo nas Bolsas?

Curiosamente, o Estado de São Paulo e aquelas regiões do país que optaram por uma economia mais arejada, menos dependente diretamente do estado e com maiores vínculos com o exterior através das exportações e dos investimentos das empresas estrangeiras parecem melhor que os demais. Só por uma ironia pode-se entender que São Paulo seja parte do problema da exportação maciça de populistas para o Congresso Nacional.

Como parece impraticável esperar uma reestruturação da economia para abril, maio ou junho, grande número de empresários dispõe-se a atuar a longo prazo, questionando as lideranças mais propensas a aceitarem qualquer acordo com um estado corporativo, inflacionário e ineficiente. A palavra de ordem parece ser, nessas circunstâncias, conviver com os dois filmes: o político e o econômico, tentando empurrar o estado para tão longe quanto possível das atividades produtivas. Será isso praticável com um horizonte permanentemente nublado?